

Executiva Nacional do PROS discute Reforma Política com especialistas e deputados federais



Na sede do PROS, deputados opinam em relação a reforma.

O Presidente Nacional do PROS, Euripedes Junior, e membros da Executiva Nacional do Partido, reuniram-se no final de março com deputados federais e cientistas políticos para discutirem reforma política.

Visando o melhor posicionamento frente à matéria na Câmara dos Deputados, bem como atender o tipo de política que a sociedade anseia, o PROS convidou três cientistas políticos – professor Me. Leandro Gabiati, Professor Me. André Jácomo e o professor Dr. Paulo Marques – para discutir de forma geral este tema que está em alta na agenda política brasileira.

Os especialistas retrataram o cenário atual e destacaram os principais pontos em questão no Congresso Nacional como financiamento de campanha, cláusula de barreira, coligações e fusão de partidos.

Durante a fala do professor Leandro Gabiati foram apresentados os principais projetos em andamento na Câmara e no Senado, bem como ações dos parlamentares do PROS.

O especialista André Jácomo trouxe estatísticas, baseadas nas Eleições 2014, que mostram o número que cada partido teria ao fim das eleições, simulando diferentes situações, como a implantação do “distritão”, o fim das coligações e outras.

Finalizando a explicação dos

cientistas políticos, o Dr. Paulo Marques frisou aspectos sociológicos dos impactos que envolvem a reforma política. “Essa é uma oportunidade única para o PROS dialogar com a sociedade e possivelmente defender quais são os principais anseios em relação ao tema”, declarou.

Outra importante colocação foi levantada pela Chefe de Gabinete da Liderança do PROS na Câmara, Juliana Freitas, que sobre significantes aspectos jurídicos que envolvem a problemática.

POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

Para o deputado federal Valtenir Pereira (PROS/MT), titular da Comissão Especial da Reforma Política, é preciso trabalhar com muita seriedade para que essa seja uma reforma política em consonância com a população. “Devemos sintonizar os pensamentos com as ruas. O ponto principal é fortalecer as instituições partidárias para que se aproximem dos cidadãos e evitar que a corrupção interfira nas eleições”, disse.

Os deputados presentes, Hugo Leal (PROS/RJ), Beto Salame (PROS/PA) e Ronaldo Fonseca (PROS/DF), também fizeram considerações sobre os modelos que acreditam ser relevantes para a discussão do tema.

Previamente à reunião, o deputado federal Miro Teixeira (PROS/

RJ) conversou com o Presidente Nacional Euripedes Junior, o Vice-presidente Moacir Bicalho e o Secretário de Relações Institucionais Felipe Espírito Santo sobre o que ele defende ser ideal para a reforma política: o “distritão” e o financiamento privado de campanha. Justificando sua posição, o deputado informou que se fôssemos financiar todos os candidatos das eleições municipais o custo para o Estado brasileiro estaria na casa dos bilhões.

Concluindo o encontro, Euripedes Junior expressou estar ciente da celeridade e da atenção que a pauta precisa. Foi definida uma agenda propositiva com encontros semanais entre membros do partido e especialistas. O presidente afirmou também que o partido criará mecanismos para se aproximar da população e colher opiniões sobre o assunto.

Editorial

Neste mês, o PROS iniciou as discussões sobre a Reforma Política e o “Mercado Livre de Energia”. Nossos parlamentares assumiram diversas comissões na Câmara dos Deputados. A Reforma Política, motivou a formação de um Grupo Permanente de Trabalho do PROS, composto por membros da Executiva Nacional, cientistas políticos e deputados federais.

Sobre a questão energética, Domingos Neto (PROS/CE) ressaltou a pauta como um novo compromisso a ser assumido pela sigla partidária no sentido de reduzir tarifas, permitir a liberdade de escolha do consumidor e expandir o setor.

O PROS se fez presente no lançamento da ordem de serviço do Bus Rapid Transit (BRT) na capital goiana, evento no qual nosso presidente nacional, Euripedes Junior, acompanhou a presidente Dilma Rousseff.

Nossos representantes na Câmara dos Deputados comentam neste informativo a aprovação da “Lei do Feminicídio” que tipifica como crime hediondo a violência de gênero contra mulher.

Outro assunto em destaque é o relançamento da “Frente Parlamentar Mista em Defesa do Trânsito Seguro” na Câmara dos Deputados, da qual o deputado Hugo Leal (PROS/RJ) é o presidente. Confira as principais notícias deste mês. Boa Leitura!

Secretaria Nacional de Comunicação do PROS.

Acesse www.pros.org.br para saber mais informações e ficar por dentro das notícias do PROS.

Nossas redes sociais:



Euripedes Junior acompanha Dilma na Cerimônia de início das obras do BRT Goiás

No dia 19 de março, em Goiânia, foi realizada a cerimônia de assinatura da ordem de serviço que marcou início das obras do BRT (Bus Rapid Transit) Goiás, que ligará as regiões Norte e Sul da capital goiana. Na ocasião, o Presidente Nacional do PROS Euripedes Junior esteve presente junto à presidente Dilma Rousseff e ao governador Marconi Perillo.

O investimento da obra com 21,8 quilômetros de extensão é de R\$ 340 milhões. Do valor total, R\$ 210 milhões são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). A previsão é que depois de pronto, o BRT possa atender cerca de 120 mil pessoas por dia.

Durante pronunciamento, a presidente afirmou que o BRT mudará a articulação do transporte em Goiânia.

O presidente do PROS disse que a mudança é extremamente significativa para o Goiás. “É importante presenciar a parceria do Governo Federal com o Estado de Goiás e reconhecer que o governador Marconi Perillo, a presidente Dilma Rousseff e o prefeito de Goiânia Paulo Garcia demonstraram uma postura republicana ao firmarem as ações que os trouxeram até aqui”, disse Euripedes.

Ao final do discurso, a presidente Dilma destacou: “Todas as parcerias são essenciais. O Brasil é um país grande e complexo que precisa de parcerias e está se dá acima das nossas diferentes filiações partidárias, somos um país democrático”.



Obras do BRT prometem melhorar transporte urbano em Goiânia.

Frente parlamentar do trânsito seguro vai propor medidas para reduzir violência

No relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Trânsito Seguro, deputados e gestores públicos defenderam a integração entre os poderes para criar medidas que reduzam a violência no trânsito.

A Frente existe desde 2003 e uma de suas metas é contribuir para que o Brasil atinja meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2010. O objetivo é reduzir em até 50% o número de mortos e feridos pela violência no trânsito até 2020.

Para o presidente da Frente, deputado Hugo Leal (PROS/RJ), é fundamental que os entes federais, estaduais e municipais, assim como outras instâncias do Poder Público, atuem em conjunto para elaborar medidas efetivas. Hugo Leal foi autor da Lei Seca (Lei 11.705/08), aprovada em 2008.

“Não pode cada um achar que está fazendo seu trabalho e ninguém coletar o que está acontecendo no âmbito geral – quantos acidentes, o porquê estão acontecendo e o que fazer para evitá-los. E aí não tem o que se dizer se a rodovia é federal, estadual ou municipal. O que interessa é como nós estamos dispostos a trabalhar, em conjunto, integrados, para trazer resultados”, afirmou o deputado.

Segundo relatório da ONU, os acidentes são a causa número um de mortes de jovens entre 15 e 29 anos no mundo, com 1,24 milhão de óbitos por ano. O estudo da ONU também aponta que três em cada quatro mortes são de pessoas do sexo masculino. No Brasil, entre 2000 e 2011, o número de mortes nas vias públicas aumentou 49,2%, de acordo com o Mapa da Violência, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.



Na ocasião, Hugo Leal ressalta que a frente procura despertar a atenção de parlamentares, do governo e de toda a sociedade.

PROS tem titulares em 21 das 23 comissões permanentes da Câmara dos Deputados

Cabe a esses colegiados discutir e votar as proposições em tramitação na Câmara, em muitos casos de forma conclusiva, que dispensa a apreciação pelo Plenário

As 23 comissões permanentes da Câmara foram instaladas no dia 04 de Março, às 10h. O PROS tem membros titulares em 21 delas. O deputado Ronaldo Fonseca (DF) integrará a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Leônidas Cristino (CE) será titular na Comissão de Cultura. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio será integrada por Antonio Balhmann (CE).

As demais comissões terão como titulares:

Beto Salame (PA) – Direitos Humanos e Minorias (CDHM)

Domingos Neto (CE) e Leônidas Cristino(CE) – Educação (CE)

Valtenir Pereira (MT) – Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Miro Teixeira (RJ) – Finanças e Tributação (CFT)

Beto Salame (PA) – Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra)

Rafael Motta (RN) – Legislação Participativa (CLP)

Beto Salame (PA) – Minas e Energia (CME)

Valtenir Pereira (MT) – Mista de Orçamento (CMO)

Dr. Jorge Silva (ES) – Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)

Givaldo Carimbão (AL) – Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

Dr. Jorge Silva (ES) – Seguridade Social e Família (CSSF)

Ademir Camilo (MG) – de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp)

Hugo Leal (RJ) – Viação e Transportes (CVT)

O PROS terá ainda as seguintes suplências nas comissões: Givaldo Carimbão (Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural); Dr. Jorge Silva (CCJC); Ronaldo Fonseca (Comissão de Direitos do Consumidor); Dr. Jorge Silva (CDHM); Antonio Balhmann, Valtenir Pereira e Rafael Motta (CE); Domingos Neto (Cindra); Antonio Balhmann, Hugo Leal e Rafael Motta (CME); Hugo Leal e Ademir Camilo (CSPCCO); e

Leônidas Cristino (CVT).

PROPORCIONALIDADE

A distribuição dos cargos das comissões segue o critério da proporcionalidade, baseada no tamanho dos blocos partidários formados no início desta legislatura (1º de fevereiro). Eles são livres, no entanto, para fazer trocas. Segundo alguns líderes, neste ano, a quantidade de partidos na Casa (28) e o tamanho dos blocos tornou mais complexas as negociações – somente o bloco liderado pelo PMDB tem 14 partidos.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara, o presidente e os três vices têm mandato de um ano, vedada a reeleição. Nenhum deputado pode fazer parte, como titular, de mais de uma comissão, ressalvada as de Legislação Participativa; Segurança Pública; Cultura; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Direitos Humanos e Minorias; Esporte; Meio Ambiente; Relações Exteriores; Turismo; e da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

PAPEL DAS COMISSÕES

Cabe às comissões permanentes discutir e votar as proposições em tramitação na Câmara. Colegiados semelhantes existem em quase todas as democracias. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Câmara também abriga 21 comitês permanentes. No México, são 56 destes colegiados. Na França, os 577 deputados dividem-se em apenas oito comissões fixas.

A Constituição brasileira conferiu às comissões da Câmara e do Senado a prerrogativa de substituir o Plenário na apreciação de alguns tipos de propostas, o que dá celeridade à aprovação de matérias legislativas. Deste modo, um projeto pode tramitar apenas nos colegiados, sem necessidade de exame do Plenário da Casa. Na Câmara, a prerrogativa é chamada de poder conclusivo. Esse modelo foi copiado da Constituição da Itália, a primeira a prever o mecanismo.



Beto Salame (PA), Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) e Minas e Energia (CME)



Valtenir Pereira (MT), Mista de Orçamento (CMO) e Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)



Dr. Jorge Silva (ES), Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e Seguridade Social e Família (CSSF)



Givaldo Carimbão (AL), Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)



Ademir Camilo (MG), de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp)



Rafael Motta (RN), Legislação Participativa (CLP)



Domingos Neto (CE), educação (CE)



Leônidas Cristino(CE), educação (CE)



Miro Teixeira (RJ), Finanças e Tributação (CFT)



Hugo Leal (RJ), Viação e Transportes (CVT)

PROS discute mercado livre de energia

O almoço/reunião de trabalho semanal da Liderança do PROS, realizado no dia 24, teve como tema central da pauta o “Mercado livre de energia no Brasil”. O líder, deputado Domingos Neto (PROS/CE) disse que esta é uma bandeira que o partido defende, com o objetivo de baratear a energia para o consumidor, por meio da livre concorrência entre as distribuidoras.

Além da redução nas tarifas, a liberdade de escolha do consumidor produzirá, em médio prazo, uma expansão do setor e a consequente segurança no fornecimento de energia, com a busca de alternativas de fontes (solar, eólica e etc.).

Durante a reunião, o presidente da Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia) Reginaldo Medeiros fez uma exposição sobre o mercado de energia no Brasil.

Segundo o “Relatório Estrutura de Acompanhamento Global da Energia Sustentável para Todos”, o Brasil é o sétimo país do mundo em consumo de eletricidade, esse dado revela o desenvolvimento econômico do país, quando se observa que no mundo 1,2 bilhão de pessoas não tem acesso a esse recurso e que 2,8 bilhões ainda utilizam lenha ou outro tipo de biomassa para aquecer suas residências.

Dados do Ministério de Minas e Energia atestam o consumo crescente no Brasil, que em 2013 foi de 463,7 mil gigawatts-hora (Gw/h), o que representa uma alta de 3,5% em relação a 2012, crescimento atribuído, principalmente, ao consumo residencial.

O desafio, conforme explicou Reginaldo Monteiro da Abraceel, é produzir eletricidade capaz de atender as demandas, buscar fontes limpas e acabar com o monopólio da distribuição.

Para o deputado Antonio Balhmann (PROS/CE), que é vice-presidente da Frente Parlamentar de Energia Alternativa, o mercado livre de energia é uma ferramenta moderna que promove a competição entre as empresas geradoras o que proporciona a queda nas tarifas e o consequente benefício ao consumidor. Para tanto, segundo parlamentar, é necessário alterar a legislação que regulamenta o setor.

Balhmann defende que na geração individual de energia o excedente seja pago em espécie e não em crédito (em consumo futuro de energia), como é feito atualmente. “Embora o modelo do pagamento em crédito seja um avanço, ele inibe a ampliação da energia gerada localmente”, afirma.



Câmara aprova aumento na pena para assassinato de mulheres

No dia 03 de Março, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 8305/14, do Senado, que muda o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para incluir entre os tipos de homicídio qualificado o feminicídio, definido como o assassinato de mulher em razão de sua condição de sexo feminino.

Segundo a proposta, há razão quanto à condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. A pena prevista para homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

De autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, cujos trabalhos foram concluídos em junho de 2013, o projeto prevê ainda o aumento da pena em 1/3 se o crime ocorrer:

- Durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto;
- Contra menor de 14 anos, maior de 60 ou pessoa com deficiência;
- Na presença de descendente ou ascendente da vítima.

CRIME HEDIONDO

O texto aprovado também inclui esse homicídio qualificado no rol de crimes hediondos, constante da Lei 8.072/90.

Quem é condenado por crime hediondo tem de cumprir um período maior da pena no regime fechado para pedir a progressão a outro regime de cumprimento de pena (semi-aberto ou aberto). É exigido ainda o cumprimento de, no mínimo, 2/5 do total da pena aplicada se o apenado for primário; e de 3/5, se reincidente.

OPINIÃO DOS DEPUTADOS DO PROS

O deputado federal Leônidas Cristino (PROS/CE), que votou a favor da matéria, elogia a atualização da lei, pois como é dito: “A sociedade brasileira já não é mais como na década de 40, além de que é preciso preservar os direitos da mulher”. O projeto de lei modifica o Código Penal de 1940 ao incluir entre os tipos de homicídio qualificado o feminicídio, definido como o assassinato de mulher em razão de sua condição de sexo feminino.

Em Plenário, o deputado Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ressaltou algumas medidas necessárias para diminuir os casos de violência no País, especialmente os índices de feminicídio no Espírito Santo. Segundo ele, o estado teve por mais de dez anos as maiores taxas de violência contra a mulher, sendo hoje o segundo colocado. “Em quase todos os casos, a agressão é feita por companheiros e ex-companheiros, namorados e ex-namorados. Nos dois primeiros meses deste ano, 24 mulheres já foram assassinadas”, informou.

Na avaliação do parlamentar, é preciso com urgência combater esse tipo de violência, tanto com ações de repressão quanto de prevenção. “É preciso aumentar a efetividade da polícia, promover a inclusão social dos jovens, reduzir os índices de reincidência, reforçar a inteligência no combate às drogas, entre outras”, afirmou. Dr. Jorge Silva ressaltou que a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do estado tem expandido programas como o Patrulha da Comunidade, que faz vistas às vítimas, além de ações de prevenção a novas agressões, mas que é preciso fazer muito mais.

Palavra do Presidente Nacional do PROS

Em março, trabalhamos para aprimorar e inovar as práticas realizadas pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Investi em melhorias no sistema interno e na comunicação da Executiva do Partido com os filiados e futuros membros.

Buscando resultados positivos nas Eleições Municipais 2016, recebemos visitas e estreitei laços com prefeitos, vereadores e presidentes municipais que tem o interesse em fazer do Brasil um país melhor.

Durante o primeiro trimestre de 2015, percebemos a significante ação dos parlamentares do PROS e a força de vontade para pregar os ideais do partido em cada estado do Brasil. O PROS, em sua totalidade, anseia atender todas as reivindicações do povo. Nascemos com o intuito de mudar o cenário da política atual e trazer esperança para os brasileiros.

